

BRASFRIGO S.A.
CNPJ: 19.166.180/0001-04

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	319	854
Contas a receber de clientes	5	6.582	9.673
Estoques		231	86
Tributos a recuperar	6	210	852
Outros ativos circulantes		3.333	191
		10.675	11.656
Não circulante			
Partes relacionadas	7	5.291	7.731
Depósitos judiciais	17	769	622
		6.060	8.353
Propriedades para investimentos	8	2.427	2.427
Investimentos		-	2
Imobilizado	9	28.866	27.227
Intangível		83	40
		31.376	29.696
Total do ativo		48.111	49.705

	Nota explicativa	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido Circulante			
Fornecedores	10	1.367	3.734
Arrendamento - Direito de uso	11	2.320	2.083
Obrigações tributárias	12	884	748
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	2.208	2.104
Outros passivos circulantes		2.109	971
		8.888	9.640
Não circulante			
Arrendamento - Direito de uso	11	1.422	1.311
Obrigações tributárias	12	1.058	1.093
Partes relacionadas	7	11.743	14.725
Provisão para perda de investimentos	14	16.431	15.401
Contingências	15	8.244	7.978
		38.898	40.508
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	205.547	205.547
Prejuízos acumulados		(205.222)	(206.190)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16.2	-	200
		325	(443)
Total do passivo e patrimônio líquido		48.111	49.705

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	(Prejuízos) Lucros líquidos acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	205.547	(208.461)	200	(2.714)
Lucro líquido do exercício	-	2.271	-	2.271
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.547	(206.190)	200	(443)
Reversão de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(200)	(200)
Lucro líquido do exercício	-	968	-	968
Saldos em 31 de dezembro de 2022	205.547	(205.222)	-	325

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional
Fundada em 1975, a Brasfrigo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo exercer atividades vinculadas ao terminal de containers e serviços correlatos, bem como armazenagem e movimentação de carga própria e/ou de terceiros, participar do capital de outras sociedades, importação e exportação de alimentos de qualquer natureza, inclusive bebidas com teor alcoólico ou não e Exercer as atividades de armazenagem geral nos termos do Decreto nº 1102, de 21 de novembro de 1903. A Companhia conta com duas unidades de câmaras frias destinadas à prestação de serviços de armazenagem de congelados e supercongelados.

2. Bases de preparação
a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de setembro de 2023. **b. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Seus significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

3. Sumário das principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados no custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização. As aplicações financeiras, quando escrituras contábeis, são demonstradas no custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. **3.2. Contas a receber de clientes e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6. **3.3. Investimentos** Os investimentos nas empresas "Center Trading Indústria e Comércio S.A." e "São Mateus Agropecuária S.A." em 31 de dezembro de 2022 estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das empresas investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da investidora, e, quando necessárias, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam em acordo com aquelas praticadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora. **3.4. Propriedade para investimento** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada inicialmente pelo custo. O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição da propriedade para investimento. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **3.5. Ativo imobilizado** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil econômica desses bens, estimada como segue: • Computadores e Periféricos: 3 anos; • Instalações: 5 anos; • Veículos: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Edificações: 25 anos; • Móveis e Utensílios: 10 anos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são reavaliados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **3.6. Intangível** São representados por gastos no desenvolvimento e implantação de sistemas, direito de uso de softwares e marcas e patentes. Os ativos incorpóreos, adquiridos separadamente, são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e/ou perdas acumuladas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de um ativo intangível é avaliada periodicamente, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. **3.7. Provisão para recuperação de ativos** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** Os ativos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa esperado, a taxa de juros esperada. Subsequentemente, esses juros são registrados nas linhas de receitas financeiras no resultado. **3.10. Subvenção governamental** Uma subvenção governamental somente é reconhecida nas demonstrações financeiras quando existe segurança suficiente de que a Companhia irá cumprir todos os compromissos assumidos. São registradas pelo seu valor justo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência de exercícios. **3.11. Ativos e passivos contingentes** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; • Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **3.12. Operações descontinuadas** Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e dos fluxos de caixa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício composto. **3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos** A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social de acordo com a legislação vigente. Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, da base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias, são constituídos na medida em que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de Imposto de Renda diferido é revisada no final de cada período de relatório. **3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras** A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.15. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa,

Contas a receber de clientes e outros créditos. **Passivos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais extinta, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e partes relacionadas e outras contas a pagar. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022** As novas normas IFRS Somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos – custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37/CPC 25)** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de maneira específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na Norma IAS 16/CPC 27 – imobilizado** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo comportar/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/PC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma contabilidade; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. **d) Alteração na Norma IFRS 3/CPC 15** Inclui correções nas referências com relação à Estrutura Conceitual das IFRS. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022. Para as seguintes normas ou alterações à Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na Norma IAS 8/CPC 23** – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32** – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultantes de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **c) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **d) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06** – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. **e) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como circulante ou não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relativos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relativos a partir de 1º de janeiro de 2024. **b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Administração está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquina e Equipamentos	Imobilizado em andamento	Arrendamento Direto de uso	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.510	6.917	9.465	2.097	32	3.323	699	24.043
Aquisição	-	18	26	499	3.949	2.065	42	6.599
Depreciação	-	(535)	(468)	(217)	-	(2.010)	(165)	(3.395)
Baixa líquida	-	-	-	(20)	-	-	-	(20)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.510	6.402	9.023	2.359	3.979	3.378	576	27.227
Custo total	1.510	10.504	32.996	6.314	3.979	8.490	1.766	65.559
Depreciação acumulada	-	(4.102)	(23.973)	(3.965)	-	(5.112)	(1.190)	(38.332)
Valor contábil	1.510	6.402	9.023	2.359	3.979	3.378	576	27.227
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.510	6.402	9.023	2.359	3.979	3.378	576	27.227
Aquisição	-	-	49	717	2.194	2.644	174	5.778
Depreciação	-	(540)	(744)	(268)	-	(2.296)	(177)	(4.025)
Baixa líquida	-	-	-	(98)	(15)	-	(1)	(114)
Transferências	-	175	4.884	25	(5.084)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Custo total	1.510	10.679	37.930	6.723	1.074	11.134	1.933	70.983
Depreciação acumulada	-	(4.642)	(24.718)	(3.988)	-	(7.408)	(1.361)	(42.117)
Valor contábil	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%	10 à 20%	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas dos serviços prestados	17	62.629	50.866
Custo dos serviços prestados	18	(44.438)	(44.099)
Lucro bruto		18.191	6.767
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	19	(18.406)	(11.132)
Despesas tributárias		(650)	(577)
Equivalência patrimonial		(1.030)	(721)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	20	3.600	7.780
		(16.486)	(4.650)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes das receitas financeiras, líquidas		1.705	2.117
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	21	129	270
Despesas financeiras	21	(231)	(116)
		(102)	154
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		1.603	2.271
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda		(541)	-
Contribuição social		(94)	-
		(635)	-
Lucro líquido do exercício		968	2.271
Resultado por ação - R\$		4,71	11,05

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	968	2.271
Total de resultado abrangente do exercício	968	2.271

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

8. Propriedade para investimento e Investimentos

	2022	2021
Imóveis para renda – Propriedade para investimento	2.427	2.427
Total	2.427	2.427

9. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquina e Equipamentos	Imobilizado em andamento	Arrendamento Direto de uso	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.510	6.917	9.465	2.097	32	3.323	699	24.043
Aquisição	-	18	26	499	3.949	2.065	42	6.599
Depreciação	-	(535)	(468)	(217)	-	(2.010)	(165)	(3.395)
Baixa líquida	-	-	-	(20)	-	-	-	(20)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.510	6.402	9.023	2.359	3.979	3.378	576	27.227
Custo total	1.510	10.504	32.996	6.314	3.979	8.490	1.766	65.559
Depreciação acumulada	-	(4.102)	(23.973)	(3.965)	-	(5.112)		